

Produção do conhecimento em políticas de educação superior no Brasil: o protagonismo da Rede Universi-tas/Br e do GT Política de Educação Superior da ANPEd

Pela segunda vez, pesquisadores da Rede Universi-tas/Br e do GT Política de Educação Superior, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) reúnem-se em torno de uma publicação coletiva, na forma de um Dossiê, da Série-Estudos, periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado – da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

A primeira vez ocorreu no ano de 2003; o Dossiê intitulava-se “Educação Superior” e reuniu 12 artigos e 19 pesquisadores que analisaram a “[...] educação superior no Brasil sob diversos prismas, revelando pontos de vista concordantes e/ou discordantes, mas que, no geral, contribuem para uma compreensão dos desafios colocados para a política educacional, com especial ênfase à política de educação superior” (SILVA JÚNIOR; MOROSINI; BITTAR, 2003, p. 29). Os organizadores, João dos Reis Silva Junior, Marília Costa Morosini e Mariluce Bittar, concluíram a apresentação do Dossiê registrando suas expectativas de que aqueles artigos pudessem se constituir em uma “referência importante” para as futuras pesquisas sobre educação superior no Brasil, “além de contribuir para a implementação desse campo de pesquisa nas universidades e nos programas de pós-graduação”. Enfatizavam ainda que, “em

tempos de reformas educacionais” era importante que os pesquisadores pudessem “socializar os saberes construídos e as preocupações com a formulação de políticas públicas de educação superior no Brasil, reafirmando-a como bem público e não como mercadoria passível de lucro” (SILVA JÚNIOR; MOROSINI; BITTAR, 2003, p. 29)

Entre os pesquisadores da Rede Universi-tas/Br, bem como entre os do GT Política de Educação Superior, destacavam-se nomes de importância histórica, política e social para a produção do conhecimento na área da educação superior, que compuseram aquele número, a exemplo de Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, que analisou as origens, a construção e a extinção da Faculdade Nacional de Filosofia. Outros artigos de relevância para o exame das transformações que vinham ocorrendo na educação superior no Brasil, como a implantação do Sistema Nacional de Educação Superior (SINAES); a análise da educação como mercadoria; as políticas de formação de professores; a educação a distância, a expansão e a interiorização da educação superior, entre outros¹,

¹ Os artigos e autores que compuseram o número 16, em 2003, da Série-Estudos, com edição esgotada, foram: a) *Sete obras fundamentais sobre*

compunham o leque de preocupações dos pesquisadores naquele primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Passados sete anos, com o fim do mandato do presidente Lula e as perspectivas de o Brasil ser presidido, pela primeira vez, por uma mulher, Dilma Rousseff, novas questões se colocam para os pesquisadores, demandando pesquisas e investigações que avaliem esses oito anos do governo do Partido dos Trabalhadores e o papel do Estado com caráter mais interven-

cionista. No campo da educação superior, as atenções se voltam para a análise desse período (2003-2010), tentando identificar diferenças, avanços e recuos em relação ao governo anterior.

Desse modo, neste número 30 da Série-Estudos, os pesquisadores da Rede Universitas/Br e do GT Política de Educação Superior da ANPEd, trazem a público resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil Pós-LDB”, coordenado por Deise Mancebo (UERJ), João Ferreira de Oliveira (UFG) e Marília Costa Morosini (PUC-RS). O projeto, cujo objetivo geral consiste em “Analisar e compreender as políticas de expansão da educação superior no Brasil pós-LDB/1996”, iniciou-se no segundo semestre de 2009 e reúne, aproximadamente, 80 pesquisadores de várias universidades brasileiras. Esses pesquisadores, doutores, mestres, mestrandos e doutorandos, estão distribuídos em seis eixos estruturantes ou subprojetos de pesquisas, assim organizados:

1) **Financiamento na expansão da educação superior** - Coordenação de Nelson Cardoso Amaral (UFG) e Vera Lúcia Jacob Chaves (UFPA).

2) **Organização institucional e acadêmica na expansão da educação superior** - Coordenação de Marília Costa Morosini (PUCRS), Maria Estela Dal Pai Franco (UFRGS) e Stella Cecília Duarte Segenreich (PUCRJ).

3) **Avaliação na expansão da educação superior** - Coordenação de Maria das Graças Medeiros Tavares (UFAL) e Stela Maria Meneghel (FURB).

educação superior, de Afrânio Mendes Catani e Renato de Souza Porto Gilioli; b) *O SINAES: ação comunicativa ou burocratização?*, de Cristiano Di Giorgi; c) *A educação superior é mercadoria ou direito no âmbito da OMC, GATT e AGCS?*, de João dos Reis Silva Junior e Carlos Lima; d) *A reforma da educação superior e os seus desdobramentos nas universidades federais: tópicos para um debate*, de João Ferreira de Oliveira e Luiz Fernandes Dourado; e) *A universidade do século XXI: entre o discurso e a prática*, de Luiz Antonio Saléh Amado e Deise Mancebo; e) *A Faculdade Nacional de Filosofia: origens, construção e extinção*, de Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero; f) *Políticas públicas de educação superior: compromissos, cooperação e desafios*, de Maria Estela Dal Pai Franco e Marília Morosini; g) *Processo de interiorização da educação superior na região centro-oeste: particularidades dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul*, de Mariluce Bittar, Maria das Graças Martins da Silva e Tereza Christina M. Aguiar Veloso; h) *As políticas de formação de professores: a “universitarização” e a prática*, de Olgaíses Maués; i) *A recente produção científica sobre a educação médica no Brasil (1990-2001)*, de Otília Maria Lúcia Barbosa Seiffert; j) *Gramsci e o papel da universidade na formação dos professores em serviço*, de Regina Maria Michelotto; k) *Educação superior a distância: políticas públicas e realidades institucionais*, de Stella Cecília Maria Segenreich.

4) **Trabalho docente na expansão da educação superior** - Coordenação de Deise Mancebo (UERJ) e João dos Reis Silva Júnior (UFSCar).

5) **Acesso e permanência na expansão da educação superior** - Coordenação de Mariluce Bittar (UCDB) e Maria do Carmo de Lacerda Peixoto (UFMG).

6) **Produção do conhecimento na expansão da educação superior** - Coordenação de Afrânio Mendes Catani (USP) e Regina Maria Michelotto (UFPR).

As pesquisas apresentadas neste Dossiê, oriundas desses seis subprojetos, estão reunidas, novamente, em 12 artigos, congregando 35 autores, fato que demonstra o potencial agregador da Rede Universitárias/Br ao ampliar significativamente o número de novos pesquisadores aos seus projetos.

No eixo do financiamento da educação superior são apresentados dois artigos. No primeiro, intitulado “O financiamento das IES brasileiras em 2005: recursos públicos, privados e custo dos alunos”, de Nelson Cardoso Amaral (UFG) e José Marcelino de Rezende Pinto (USP), os autores chegam à conclusão que o “custo médio do aluno de graduação não é muito diferente no público e no privado, quando se consideram os gastos com pesquisa”. Amparados nos dados do Censo da Educação Superior do MEC/INEP e utilizando uma metodologia que “permite o cálculo do custo médio do aluno de graduação para cada categoria administrativa – federais, estaduais, municipais, particulares e comunitárias/confessionais/filantrópicas”,

Amaral e Rezende afirmam que “cai um mito: o de que as IES privadas são mais eficientes que as IES públicas na formação de um aluno de graduação”.

O segundo artigo sobre financiamento é de autoria de Rosana M. de O. Gemaque e Vera Lúcia Jacob Chaves, ambas da UFPA, as quais analisam o “Perfil da expansão no setor público e privado e financiamento da educação superior brasileira pós-LDB”. Com base em dados financeiros pesquisados em sites do governo federal, relacionados ao orçamento executado da União e do Censo da Educação Superior, no período de 1996 a 2008, as autoras mostram que a política de expansão da educação superior no Brasil “tem favorecido o setor privado”. Além disso, a “análise detalhada do orçamento da União, considerando a movimentação entre receitas e despesas, evidenciou a política de ajuste fiscal implementada pelo governo, atingindo diretamente as Universidades Federais e os trabalhadores que atuam nessas instituições”.

O subprojeto “Organização institucional e acadêmica na expansão da educação superior” compõe-se de dois artigos. O primeiro, de autoria de Stella Cecília Segenreich (UCP), Arlete Maria M. de Camargo (UFPA), Célia Regina Otranto (UFRRJ), Mauricio Castanheira (UCP) e Olgaíses Cabral Maués (UFPA), analisa a “Educação tecnológica, formação de professores e educação a distância como políticas de expansão da educação superior no Brasil pós-LDB/96”. Os autores iniciam as discussões questionando como

as políticas públicas de expansão da educação superior brasileira pós-LDB se configuram nas modalidades acadêmicas da educação profissional tecnológica, da formação de professores e da educação a distância. Tomando como base o Plano Nacional de Educação (PNE/2001) e as estatísticas do período 2001-2008, constata-se que as políticas de expansão da educação superior estão assentadas nessas três “modalidades acadêmicas” e que uma das consequências mais graves desses processos, em especial da educação a distância, é a precarização do trabalho docente que se transforma em “tutor” e não mais em um “professor”.

Na sequência, Maria Estela Dal Pai Franco (UFRGS), Marília Costa Morosini (PUC-RS), Arabela Campos Oliven (UFRGS), Maria Alba Pereira de Deus (UFV) e Cristina Zanettini Ribeiro (UFRGS), no artigo “Expansão da educação superior e arquiteturas acadêmicas: tensões e desafios”, identificam dois movimentos expansionistas no período pós-LDB: um “relacionado à inclusão social pela via da diversidade e estratégias de diversificação como o PROUNI e o Reuni; e o segundo relacionado à inclusão internacional pela via da referência em padrões desdobrados da globalização”. Concluem afirmando que as políticas de Estado devem ultrapassar as políticas de governo, induzindo e estimulando “uma expansão orientada para o social e para a qualidade da universidade pública brasileira.”

Os dois artigos vinculados ao sub-projeto “Avaliação da educação superior”

fundamentam suas análises por meio da produção veiculada em dois periódicos da área da Educação: a Revista Ensaio e a Revista Avaliação. No primeiro texto, intitulado “Avaliação da educação superior no Brasil: o pensamento veiculado na Revista Ensaio: avaliação e políticas públicas de educação”, Maria das Graças Medeiros Tavares (UFAL/UNIRIO), Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira (UFAL) e Otilia Maria Lúcia Barbosa Seiffert (UNIFESP) tomam como referência três categorias temáticas: avaliação institucional, avaliação de cursos de graduação e de pós-graduação e avaliação de sistemas avaliativos. As autoras analisam as produções no âmbito dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva e concluem que o periódico analisado, por ter como prioridade a divulgação de pesquisas na área da educação, com ênfase para os processos de avaliação e as políticas públicas, poderia conter “mais discussões sobre avaliação da educação superior. Chama atenção a quase ausência de textos sobre o Conceito Preliminar de Cursos (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC) criados em 2008 e que modificaram a concepção original do SINAES”.

No segundo texto, a Revista Avaliação foi analisada por José Carlos Rother (UFSCar) e Gladys Beatriz Barreyro (USP), em artigo intitulado “Expansão da educação superior no Brasil e avaliação institucional: um estudo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) na ‘Revista Avaliação’”. O texto

focaliza a expansão da educação superior ocorrida no âmbito da reforma do Estado, no governo de Fernando Henrique Cardoso, que estimulou a expansão da iniciativa privada e criou o Exame Nacional de Cursos (ENC), como “mecanismo do controle da qualidade dos cursos de graduação via mercado”. No governo de Luiz Inácio Lula da Silva criou-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que, em sua proposta original, tinha como intenção distinguir-se e afastar-se da “concepção do Provão”; porém, na percepção dos autores acabou reproduzindo mecanismos de controle nos moldes do ENC. Por meio da análise dos artigos sobre essa temática, publicados nesses dois periódicos, *Ensaio e Avaliação*, os autores concluem que “o SINAES sucumbiu à cultura do Provão”.

Sobre o processo de expansão da educação superior no Brasil e sua relação com o trabalho docente, dois artigos são apresentados. O primeiro, de Andréa Araújo do Vale (UERJ) e Deise Mancebo (UERJ), com o título “Trabalho docente na educação superior: análises a partir da Redestrado” tem como objetivo “cartografar as distintas modalidades de tratamento do trabalho docente na educação superior no âmbito das reuniões e seminários promovidos pela Rede de Estudos de Trabalho Docente – Redestrado”. As autoras levantam uma hipótese, confirmada ao longo das análises, que a categoria “trabalho docente” tem sido “pouco trabalhada” nas pesquisas recentes, em especial no campo da educação superior. Mostram ainda como o seu sentido

encontra-se “hegemonicamente deslocado, afastando-se de suas profundas conexões com as transformações no mundo do capital e do trabalho, o que revelaria um esvaziamento da categoria e uma leitura imprecisa dos marcos da expansão da educação superior.”

Por sua vez, os pesquisadores da UFSCar João dos Reis Silva Júnior, Eduardo Pinto e Silva e Leonardo Sacramento, no artigo “O político e o jurídico na aproximação do conhecimento ao capital produtivo”, oferecem mais subsídios para entender como a categoria “trabalho”, articulada à produção do conhecimento, necessita da análise das “mudanças no sistema político e jurídico brasileiros, relacionadas à mundialização do capital e às especificidades do ajuste da economia e do Estado brasileiros ao Consenso de Washington”. Tendo como base a análise do papel dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs) e das leis de incentivo ao conhecimento em ciência, tecnologia e inovação, os autores concluem suas reflexões afirmando que o “sistema legislativo [...] tenderia a se colocar a serviço de um inédito processo, ainda que histórico e contraditório, de subsunção do trabalho imaterial do professor pesquisador da área de Ciência, Tecnologia & Inovação à agregação de valor das mercadorias”.

Dois artigos analisam algumas questões vinculadas ao subprojeto “Acesso e permanência nas políticas de expansão da educação superior no Brasil – pós-LDB”. Intitulado “Acesso na educação superior: significados e tendências em

curso”, de autoria de duas pesquisadoras da UFMT: Maria das Graças Martins da Silva e Tereza Christina Mertens Aguiar Veloso, o artigo toma por base a produção científica do GT Política de Educação Superior da ANPEd, a legislação e os planos de governo, no período pós-LDB, para analisar o significado da categoria “acesso” no processo de expansão da educação superior. Uma das principais conclusões das autoras refere-se à análise de que essa categoria, na legislação, está relacionada ao “princípio da universalização e da igualdade de condições, mas reitera-se o da ‘capacidade de cada um’, balizado por processo seletivo”. Nessa perspectiva, concluem que “o acesso democrático, na perspectiva da universalidade e do setor público, constitui um desafio”, para as políticas de educação superior, isto é, para as políticas de Estado.

Outro artigo relacionado a essa temática intitula-se “Inclusão social na educação superior”, de Maria do Carmo de Lacerda Peixoto (UFMG), que analisa o conceito de “inclusão” tomando por base o seu oposto, ou seja, o conceito de “exclusão social”. Constrói sua análise amparada na literatura da sociologia, no sentido de identificar “situações onde a abordagem desses conceitos tem tido repercussão mais acentuada”. Conclui o artigo apresentando a “discussão das tendências de desenvolvimento do conceito no campo teórico e político e das suas implicações em termos da proposição de políticas para a formulação e implementação de políticas para promover a inclusão na educação superior”

Finalmente, os dois últimos artigos que compõem o Dossiê vinculam-se ao subprojeto “Produção do conhecimento na expansão da educação superior”. Primeiramente apresenta-se o texto de Afrânio Mendes Catani (USP), João Ferreira de Oliveira (UFG) e Regina Maria Michelotto (UFPR), “As políticas de expansão da Educação Superior no Brasil e a produção do conhecimento”, no qual examinam “três aspectos fundamentais” da relação da produção do conhecimento e sua interface com o campo científico, particularmente a pesquisa e a pós-graduação. Esses três aspectos são: “expansão e privatização da graduação e o crescimento e pragmatismo da pós-graduação, a produção do conhecimento acadêmico-científico, marcado pela expansão, investimento e pragmatismo, e a natureza e o caráter do conhecimento”. Os autores concluem que é necessário “analisar com maior profundidade as transformações que estão ocorrendo no papel, nas finalidades e na própria natureza das universidades públicas, considerando os constrangimentos atuais do mercado e do Estado à autonomia e à liberdade acadêmica. Além disso, é preciso compreender criticamente o grau de subordinação formal e real do conhecimento à lógica de mercantilização das IES públicas e da educação superior”.

De autoria de Catarina de Almeida Santos (UnB) e Karine Nunes de Moraes (UFG), o artigo “A produção do conhecimento e a Política Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Ciência, Tecnologia e Inovação (Ct&I)”, discute de que forma

a “sociedade do conhecimento” influencia as “políticas nacionais voltadas para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), bem como, os principais desdobramentos da política nacional para esse setor e seus principais impactos na produção do conhecimento”. Após apresentar vários dados relacionados à temática, as autoras afirmam que a “inovação tem sido apontada como a área que mais gerará riquezas, tendo em vista a sua capacidade de usar o conhecimento agregado aos produtos e serviços ocupando, assim, lugar proeminente na atual ‘economia baseada no conhecimento’”. Concluem que o governo brasileiro tem implementado políticas com a finalidade de ampliar a base científica nacional e ampliar a presença do país nos “mercados doméstico e internacional”; esse fato indica, entre outros, que a “chamada sociedade do conhecimento vem impactando as políticas para P&D e CT&I no país na última década”.

Ao apresentar a produção científica parcial vinculada ao projeto que ora desenvolve, a Rede Universitas/Br e o GT Política de Educação Superior da ANPEd cumprem com seu compromisso social e político de divulgar o conhecimento produzido e contribuir com o avanço das pesquisas nesse campo científico.

Importa registrar que o protagonismo da Rede Universitas/Br² nas pesqui-

² Desde sua origem a Rede Universitas/Br é coordenada pela Professora Doutora Marília Costa Morosini, da PUC-RS. Mais informações sobre a Rede e suas pesquisas podem ser encontradas

sas sobre políticas de educação superior apresenta como data de nascimento o ano de 1993, quando iniciou o desenvolvimento do projeto integrado intitulado “Universitas-Br: a produção científica sobre educação superior no Brasil”, formalmente apoiado pelo CNPq desde 1996, que apresentava como principais objetivos analisar e avaliar a produção científica sobre educação superior no Brasil, de 1968 a 2002, e desenvolver a Biblioteca Virtual, Universitas/Br, contendo aproximadamente dez mil documentos sobre a temática da educação superior. Desde a sua origem a Rede Universitas foi composta por pesquisadores vinculados ao Grupo de Trabalho Política de Educação Superior, da ANPEd, vínculo que fortalece a Rede, possibilita a sua inserção nacional e internacional e a visibilidade acadêmica necessária a um grupo de pesquisa dessa natureza.

De 1993 em diante a Rede ampliou-se, agregou pesquisadores de todo o Brasil, possibilitando a criação e o fortalecimento de grupos de pesquisa³ e de Programas de

no site: <http://www.pucrs.br/faced/pos/universitas/>.

³ Pode-se citar como grupos de pesquisa que surgiram após a inserção de pesquisadores na Rede Universitas/Br o Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior (GEPPES), vinculado ao PPGE-UCDB e coordenado por Mariluce Bittar (UCDB) e Carina Maciel (UFMS) e o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas de Educação Superior vinculado ao PPGE-UFGA, coordenado por Vera Jacob e Arlete Maria Monte de Camargo, ambas da UFGA. Para mais informações desses grupos, suas pesquisas e pesquisadores associados, consultar: <http://www.ucdb.br/mestradoeducacao/grupogepes> e <http://www.gepes.belemvirtual.com.br>.

Pós-Graduação em Educação em vários estados brasileiros, contribuindo de forma significativa para a descentralização da pesquisa em educação no país.

Em 2005 e 2006 a Rede Universit- as/Br desenvolveu uma parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio da Diretoria de Estatística e Avaliação da Educação Superior (DEAES), que havia proposto aos seus pesquisadores a análise da série histórica do Censo da Educação Superior, de 1991 a 2004, de todos os estados da federação. O projeto resultou na publicação de 27 volumes intitulados “Educação Superior Brasileira – 1991-2004” que reuniu em torno de 80 pesquisadores, num esforço coletivo de sistematização dos dados do Censo da Educação Superior, em torno dos eixos da expansão, da privatização e da democratização.

A experiência da construção coletiva de conhecimento é uma marca da Rede Universit- as/Br que, no momento, concentra-se no desenvolvimento de seu novo projeto de pesquisa, “Políticas de expansão da educação superior no Brasil pós-LDB”, consolidando o Universit- as/Br como uma rede de pesquisa de referência no Brasil e na América Latina.

Nesses 18 anos de existência da Rede Universit- as/Br, seus pesquisadores estiveram sempre vinculados ao GT Política de Educação Superior⁴ da ANPEd, que se

encontra entre os oito primeiros grupos de trabalho criados no âmbito da Associação. Sua data de nascença, mais precisamente, é o ano de 1982, quando se realizou a 5ª Reunião Anual da ANPEd.

Analisando a trajetória do GT nesses quase 30 anos de sua existência, uma de suas fundadoras, a professora Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, afirmou que se o Grupo pretende,

[...] avançar e se institucionalizar como espaço de debate responsável a respeito da temática que lhe é específica, deve não apenas acompanhar o que está sendo publicado nessa linha, mas também apresentar produção consistente, como também, acompanhar projetos e estudos desenvolvidos por seus membros, discutindo seus resultados. É fundamental, também, que acompanhe a produção sobre sua temática em áreas afins, no plano nacional e internacional, estando atento às discussões e propostas, sobretudo nos países latino-americanos, com vistas a ampliar os horizontes da reflexão e da pesquisa. (FÁVERO, disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2010).

Ao concluir suas análises, Fávero enfatiza que o GT “não poderá deixar de contemplar outras e novas questões que se apresentam sobre sua temática; será sempre um dos desafios a ser assumido pelo Grupo, entendido como um fórum de

⁴ No site do GT Políticas de Educação Superior, <http://www.anped11.uerj.br/>, é possível conhecer sua história, suas produções e seus pesquisadores,

os grupos de pesquisa vinculados, os documentos da área, os eventos em que participa ou colabora na organização, entre outros.

debate e de incentivo à produção científica sobre Educação Superior” (Ibidem).

Compreende-se, pois, que ao abrir espaço para grupos de pesquisa como a Rede Universitas/Br e outros, o GT vem cumprindo seu papel e seu desafio de constituir-se como um “fórum de debate” sobre a produção científica em educação superior e suas perspectivas futuras de pesquisa.

É nessa direção que tanto a Rede Universitas/Br quanto o GT Política de Educação Superior da ANPEd, ocupam espaço significativo na produção do conhecimento

em educação superior no Brasil, materializando seu protagonismo e avançando na direção de novos intercâmbios de pesquisa.

Finalmente, cabe destacar, que a Série-Estudos e o PPGE-UCDB sentem-se honrados com a possibilidade de, pela segunda vez, socializar o conhecimento produzido por esses pesquisadores, em sua edição de número 30.

Mariluce Bittar

Organizadora do Dossiê
Dezembro de 2010

